

	<b>Procedimento de Avaliação de Legítimo Interesse</b>	Emissão:	Classificação:
Código:		Versão:	Aprovado por:

## Sumário

- 1 Erro! Indicador não definido.**
- 2 Erro! Indicador não definido.**
  - 2.1 Erro! Indicador não definido.**
    - 2.1.1 Erro! Indicador não definido.**
    - 2.1.2 Erro! Indicador não definido.**
    - 2.1.3 Erro! Indicador não definido.**
    - 2.1.4 Erro! Indicador não definido.**
  - 2.2 Erro! Indicador não definido.**
  - 2.3 Erro! Indicador não definido.**
  - 2.4 Erro! Indicador não definido.**

	<b>Procedimento de Avaliação de Legítimo Interesse</b>	Emissão:	Classificação:
Código:		Versão:	Aprovado por:

## 1 Introdução

Existem algumas alternativas legais que autorizam o tratamento de dados pessoais sob a ótica da LGPD. Como procedimento interno, SUAPE identifica qual base legal permite a coleta e o tratamento de dados pessoais e registra essa avaliação em documento específico, de acordo com a LGPD.

As hipóteses de tratamento previstas na lei são:

- Consentimento
- Obrigação legal
- Interesse Público
- Realização de Estudo/Pesquisa
- Contratual
- Exercício Regular do Direito
- Interesse Vital do Titular dos Dados
- Interesse legítimo
- Proteção de crédito

Este procedimento é utilizado quando identificado que a base legal do tratamento é apoiada no interesse legítimo.

## 2 Procedimento de Avaliação de Legítimo Interesse

A LGPD permite que o tratamento de dados pessoais seja realizado:

*“quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.”*(Artigo 7º, inciso IX da LGPD)

Em geral, o legítimo interesse será aplicado nos casos em que o tratamento já é esperado pelo titular dos dados, não havendo impacto significativo na privacidade ou na liberdade do titular. Também pode ser aplicado quando houver uma forte e justificada razão para a organização realizar o tratamento.

Para estabelecer e demonstrar que há legítimo interesse no tratamento do dado pessoal específico, uma avaliação de três etapas deve ser realizada.

Esta avaliação deve demonstrar:

1. a finalidade exata do legítimo interesse (Finalidade);
2. que o tratamento é necessário ao legítimo interesse (Necessidade);

	<b>Procedimento de Avaliação de Legítimo Interesse</b>	Emissão:	Classificação:
Código:		Versão:	Aprovado por:

3. que os legítimos interesses da organização não se sobrepõem aos direitos e liberdades do titular (Equilíbrio)

Este procedimento usa o Formulário de Avaliação de Legítimo Interesse para documentar cada um dos testes acima e fornecer indícios, quando necessário, de que houve uma avaliação válida.

As três etapas detêm um certo grau de subjetividade, por isso, deve-se tomar cuidado para que haja uma abordagem justa e equilibrada, e conseqüentemente uma conclusão fundamentada e aceitável.

## **2.1 Avaliação da Finalidade**

A avaliação de finalidade verifica se há justificativa realmente legítima para a organização ou para terceiros. Esse teste visa definir as razões exatas do tratamento e os benefícios alcançados com isso.

No Formulário de Avaliação de Interesse Legítimo, forneça respostas ponderadas às questões, incluindo qualquer detalhe adicional, quando apropriado.

### **2.1.1 Objetivos**

Descreva o que o tratamento pretende alcançar, em particular:

- Quais são os objetivos do tratamento?
- Como você saberá se atingiu seu objetivo?
- Qual a probabilidade de os objetivos serem atingidos pelo tratamento?

Tente descrever afirmações claras e exatas sobre o que o tratamento envolve.

### **2.1.2 Benefícios**

**Avalie os resultados do tratamento:**

- Que benefícios poderiam derivar do tratamento?
- Quão significativos são esses benefícios (quantificar, se possível)?
- Quem receberá os benefícios do tratamento, por ex. a organização, o público, o titular dos dados?

Descreva uma visão bem aproximada dos benefícios gerais do tratamento para todas as partes envolvidas, não apenas para a organização.

### **2.1.3 Consequências do não tratamento**

	<b>Procedimento de Avaliação de Legítimo Interesse</b>	Emissão:	Classificação:
Código:		Versão:	Aprovado por:

Descreva o impacto potencial de não utilizar os dados pessoais da maneira proposta.

- Quão significativo seria essa consequência?
- Qual a probabilidade de a consequência ser notada?
- Quem seria afetado pela não utilização?

#### 2.1.4 Outras Questões

Quaisquer outros problemas que possam ser relevantes:

- Este tratamento foi realizado antes e, em caso afirmativo, quais foram os resultados?
- O tratamento é ético?
- O tratamento teria algum impacto negativo e, em caso afirmativo, o que e para quem?

Pode haver outros fatores a favor e contra o tratamento dos dados, e é importante prevê-los. Tente usar fatos reais sempre que possível, e evitar opiniões subjetivas.

## 2.2 Avaliação da Necessidade

Para que haja o real legítimo interesse é necessário demonstrar que o tratamento é essencial para o resultado que se busca. Avalie se existem outras maneiras de alcançar os objetivos declarados na avaliação de finalidade, que não envolvam o tratamento dos dados pessoais.

No Formulário de Avaliação de Legítimo Interesse, explique por que o tratamento deve acontecer da maneira descrita para o alcance dos benefícios pretendidos. Em particular:

- Como o tratamento se relaciona com os benefícios esperados?
- O tratamento proposto é a melhor maneira de alcançar o resultado final?
- Quais alternativas foram consideradas e por que elas foram rejeitadas?

## 2.3 Avaliação do Equilíbrio

Tendo estabelecido a finalidade, os seus benefícios e a necessidade do tratamento para a obtenção destes benefícios, o passo final é avaliar se esse legítimo interesse se sobrepõe aos interesses de privacidade dos titulares dos dados envolvidos.

Use o *Formulário de Avaliação de Interesse Legítimo* para avaliar este equilíbrio de interesses, abordando as seguintes questões:

	<b>Procedimento de Avaliação de Legítimo Interesse</b>	Emissão:	Classificação:
Código:		Versão:	Aprovado por:

- Quem são os titulares dos dados?

Como os titulares dos dados podem ser classificados? São considerados vulneráveis, como crianças, ou existe alguma questão cultural.

- Qual é a relação da organização com o titular?

Verifique se o titular dos dados conhece a sua organização, em caso afirmativo, qual a natureza do vínculo, por exemplo: clientes, usuário do serviço ou candidato?

- Quais dados pessoais estão envolvidos no tratamento?

Algum dado pessoal é considerado sensível, como opinião política ou biométrica, por exemplo: Impressões digitais

- Qual será a reação provável do titular ao saber que seus dados pessoais recebem algum tipo de tratamento?

O titular dos dados, razoavelmente, poderia esperar que o tratamento fosse realizado? Ou consideraria tal tratamento intrusivo ou inadequado? Consultas aos representantes dos titulares de dados demonstram a seriedade na avaliação.

- Qual é potencial impacto sobre o conteúdo dos dados?

Quais as consequências do tratamento dos dados considerando seu conteúdo? Poderia afetar a reputação do titular ou lhe custar dinheiro?

- Como o impacto sobre os dados poderia ser reduzido?

Existem técnicas ou abordagens que poderiam ser usadas para reduzir o impacto sobre o uso dos dados, por exemplo: enviar e-mail em vez de telefonar; dar o direito de escolha de cancelar ou recusar?

## 2.4 Decisão de Avaliação

Uma vez concluída as três etapas, deve ser feita uma avaliação final concluindo se o tratamento pode ser considerado de legítimo interesse ou não.

A decisão deve ser registrada no Formulário de Avaliação de Legítimo Interesse incluindo os detalhes de quem realizou a avaliação, quando e quem aprovou essa decisão.

	<b>Procedimento de Avaliação de Legítimo Interesse</b>	Emissão:	Classificação:
Código:		Versão:	Aprovado por:

Registros de avaliações de legítimo interesse devem ser mantidos como indícios de que tal avaliação foi realizada e como recomendação para disponibilização de avisos de privacidade.